

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento, através de denúncias de pequenas livrarias e papelarias, da decisão inédita da Porto Editora de se recusar a aceitar a devolução dos “cadernos de atividades” que acompanham os manuais escolares dos ciclos de escolaridade obrigatória. Sendo esta prática aceite e consensualizada na relação comercial entre as partes, relatam-nos que sempre foi possível devolver os “cadernos de atividades” à Porto Editora, à semelhança do que foi a prática das outras editoras que receberam normalmente as devoluções. Não sendo do conhecimento público alguma tomada de posição por parte da empresa, nem tendo sido comunicada a decisão inédita aos interessados, várias destas micro e pequenas empresas tentaram contactar a Porto Editora no sentido de obterem esclarecimentos sobre esta situação. Não obtiveram até ao momento nenhuma resposta. As pequenas papelarias e livrarias entendem que a decisão da Porto Editora contraria as normas vigentes entre os livreiros e as editoras, podendo configurar abuso de posição dominante e abuso de dependência económica por parte da Porto Editora, violando as disposições legais sobre concorrência. Numa altura em que muitas destas micro e pequenas empresas atravessam situações dramáticas resultantes da quebra de faturação decorrente do encerramento ou restrições impostas às atividades económicas, esta situação vem claramente prejudicar ainda mais estas empresas.

Assim, nos termos da alínea e) do artigo 156.º da Constituição, bem como da alínea j) do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, vimos solicitar uma informação sobre a situação acima descrita, nomeadamente quanto ao conhecimento que a Autoridade da Concorrência tem da matéria, bem como sobre as iniciativas que a AdC considere para investigar os possíveis abusos de posição dominante e de dependência económica suscitados pela prática da Porto Editora.

Palácio de São Bento, 17 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

Deputado(a)s  
ANA MESQUITA(PCP)